



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682037 - PE (2021/0230423-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : FABIO SILVA DE PAULA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FÁBIO SILVA DE PAULA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (Apelação Criminal n. 0534563-7).

O paciente teve redimensionada a sua pena para 01 ano, 07 meses e 15 dias de reclusão, e pagamento de 30 dias-multa, a ser cumprida no regime inicial semiaberto, por incurso no art. 155, *caput*, do Código Penal.

A impetrante alega que o acórdão, no tocante à dosimetria, carece de fundamentação idônea (art.93, IX, CF), exasperando, na primeira fase da dosimetria, a pena do paciente sem indicação de dados concretos.

Requer a concessão da ordem para que a pena-base seja redimensionada ao mínimo legal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque a decisão atacada fundamentou os motivos do convencimento, tendo sido assim ementada

PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO SIMPLES (ART.155, CAPUT, DO CP). DOSIMETRIA. FIXAÇÃO DA PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. CONFIGURAÇÃO. CONSEQUÊNCIA DO CRIME VALORADA NEGATIVAMENTE SEM RESPALDO EM QUALQUER ELEMENTO CONCRETO. DEMAIS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS SOPEADAS CORRETAMENTE EM DESFAVOR DO APENADO, MAS INSUFICIENTE PARA O QUANTUM DE AUMENTO DA PENA APLICADO NA SENTENÇA. REDIMENSIONAMENTO. MEDIDA QUE SE IMPÕE. PENA DEFINITIVA REDUZIDA DE 03 (TRÊS) ANOS DE RECLUSÃO PARA 01(UM) ANO, 07 (SETE) MESES E 15 (QUINZE) DIAS DE RECLUSÃO. MANTIDO O REGIME INICIALMENTE SEMIABERTO. SUBSTITUIÇÃO POR RESTRITIVA DE DIREITO.

IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DOS ARTS.33, §3º E 44, III, AMBOS DO CP. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I - A existência de circunstância judicial desfavorável ao apenado autoriza a exasperação da pena-base acima do mínimo cominado em lei, desde que a referida majoração se revele razoável e proporcional, caso' contrário impõe-se o redimensionamento da pena, o que é o caso dos autos, em que pena deve definitiva deve ser redimensionada de 03 (três) anos de reclusão para 01 (um) ano, 07(sete) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, e pagamento de 30 (trinta) dias-multa, a ser cumprida no regime inicial semiaberto.

II — Apelo parcialmente provido. Decisão unânime.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência